

PDOT/A última audiência pública reuniu moradores que reivindicaram regularização fundiária e preservação de áreas rurais

Moradia e meio ambiente em debate

» MARIA EDUARDA LAVOCAT

A última audiência pública para a revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT) foi realizada ontem, na Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF). O objetivo do plano é orientar o crescimento do Distrito Federal nos próximos 10 anos, definindo em que regiões podem ser construídas moradias, comércios, indústrias e as que devem ser mantidas como áreas verdes.

O processo, iniciado em 2021, vem estimulando a participação ativa da população por meio do envio de sugestões de pautas a serem analisadas e trabalhadas pelo governo, em trabalho coordenado pela Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação (Seduh-DF). O secretário da pasta, Marcelo Vaz, afirmou que, desde 2023, o órgão percorreu todas as regiões administrativas, colhendo de fato as demandas da sociedade do DF.

"A participação tem sido massiva, não só nos eventos presenciais, mas também por meio da nossa ferramenta interativa de participação. Recebemos mais de 16 mil contribuições. Presencialmente, já contamos com quase 12 mil pessoas ao longo das audiências e, hoje, nesta última, temos quase mil presentes", celebrou o secretário.

Segundo ele, o Plano Diretor possui um aspecto bastante amplo, no sentido de permitir uma atualização da visão territorial do Distrito Federal. No entanto, uma das alterações mais sensíveis à população diz respeito à criação de novas áreas urbanas com oferta habitacional e às regularizações fundiá-

rias. "Podemos citar, por exemplo, as regiões do 26 de Setembro e da Ponte Alta, que possuem muitas ocupações irregulares e precisam de um olhar do Estado para garantir mais dignidade à população local", ressalta.

O arquiteto Sérgio Ramires Santiago, 43 anos, foi um dos que compareceu à última audiência do PDOT. Morador da Ponte Alta Norte, ele buscava, junto aos vizinhos e colegas, defender a regularização das moradias às margens da DF-475. "Nosso objetivo é garantir a legalidade e a dignidade dessas famílias. São centenas de pessoas que já moram na região há anos. Sabemos que existem áreas irregulares, mas o governo poderia adotar soluções menos agressivas", afirmou.

Sérgio também ressalta que a participação da sociedade civil é fundamental por se tratar de um ato democrático. "Estamos aqui para lutar pelo direito à moradia e pela regularização do DF como um todo, para que se torne, de fato, uma cidade de direitos para todos", destaca.

Assim como Sérgio, Kátia de Moraes, 59 anos, também busca a regularização da sua área, localizada no setor de chácaras do Lago Norte. No local, ela mantém há 25 anos uma instituição chamada Terra, que atende cerca de 7 mil pessoas, oferecendo cursos profissionalizantes, ações de geração de renda e atividades nas áreas de esporte, cultura e educação.

"Nossa luta aqui é para que a nossa área, localizada no Trecho 3, seja incorporada como Arine 4. Os Trechos 1 e 3 ficaram de fora, e queremos ser reconhecidos, tanto como instituição quanto como

Maria Eduarda Lavocat



Cerca de 1 mil pessoas compareceram à reunião promovida pelo GDF para debater o projeto de lei

moradores. Lá, temos cerca de 400 famílias, e estamos aqui para defender esse reconhecimento", explicou.

Além das regularizações, outra pauta levantada pelo secretário da Seduh-DF foi a questão ambiental. Segundo ele, o Plano traz uma série de instrumentos que incentivam a preservação ambiental, buscando assegurar a proteção do território do Distrito Federal.

A produtora rural Kamila Nunes da Silva, 39 anos, moradora do Caub I, no Riacho Fundo II, demonstrou preocupação com alterações. Segundo ela, áreas rurais não só do Caub, mas de outras regiões do DF, estão sendo transformadas em urbanas. "Isso impacta diretamente não apenas a nossa

atividade como produtores rurais, mas também a qualidade de vida e o meio ambiente. Viemos hoje para reafirmar nosso desejo coletivo de manter o status de área rural", afirma.

Kamila destaca que este é um momento decisivo para o Distrito Federal. "Tivemos muita participação nas oficinas de construção do PDOT, mas percebemos que essa última proposta não reflete o que foi discutido nelas, nem os anseios de quem participou ativamente", expõe.

Liminar do MP

Na última sexta-feira, a Promotória de Justiça de Defesa da Or-

dem Urbanística (Proureb/MPDFT) obteve uma liminar na Justiça suspendendo a última audiência pública do PDOT, sob o argumento de que o processo vinha sendo conduzido de forma apressada, sem garantir participação popular. No entanto, após recorrer da decisão, a Seduh-DF conseguiu derrubar a liminar e manteve a audiência na data originalmente marcada.

O GDF reafirmou que as ações de mobilização social resultaram na realização de 85 eventos públicos. Durante a audiência, os moradores Sérgio Ramires e Kátia de Moraes avaliaram que a briga judicial atrapalhou o comparecimento de parte do público, pois muitos acreditaram que o evento ha-

via sido cancelado.

"Algumas pessoas pensaram que a audiência havia sido cancelada, o que deu a impressão de uma tentativa de esvaziar o evento. Mesmo assim, conseguimos mobilizar muita gente. A revogação da decisão foi fundamental para estarmos aqui hoje e discutirmos as questões com seriedade. Precisamos buscar soluções que atendam a todos", declarou Kátia.

Kamila, no entanto, discorda. Em sua visão, o processo do PDOT deveria ter tido mais tempo para escutar a sociedade. "A proposta final ainda não está clara, e os responsáveis não aproveitaram as sugestões feitas nas oficinas para reformular o texto. Então, vejo a liminar como uma oportunidade que poderia ter garantido mais tempo de debate", lamentou.

Próximos passos

Com o encerramento da audiência pública, a Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação (Seduh) dará início à avaliação final de todas as contribuições recebidas — tanto nas semanas que sucederam a convocação quanto durante a audiência. Esse processo deve durar entre 15 e 20 dias.

Na sequência, o texto será consolidado e apresentado ao Comitê de Gestão Participativa e ao Grupo Técnico Interinstitucional, que compõem a Comissão de Governança do Plano Diretor.

Após essa etapa, a versão final será divulgada à população e, em seguida, encaminhada ao Conselho de Planejamento, última instância antes do envio do projeto à Câmara Legislativa.

PATRIMÔNIO

Devoção marca aniversário da Igrejinha

» ALAN RESAH
Especial para o Correio

Brasília amanheceu em clima de devoção e memória ontem, com a celebração dos 67 anos da Igrejinha de Nossa Senhora de Fátima, na 307/308 Sul. Primeira igreja construída na capital, antes mesmo da inauguração oficial da cidade, o templo é um dos símbolos arquitetônicos mais queridos pelos moradores de Brasília e um ponto de fé que marca a identidade da quadra e da cidade. A programação do aniversário começou cedo e reuniu centenas de fiéis ao longo do dia, entre cânticos, orações, confissões e momentos de confraternização.

Projetada por Oscar Niemeyer e inaugurada em 1958, a Igrejinha foi erguida por iniciativa de Sarah Kubitschek, em agradecimento a uma

graça recebida por sua filha. Os painéis em azulejo azul e branco, assinados por Athos Bulcão, completam o conjunto modernista, reconhecido como patrimônio histórico do Distrito Federal e tombado pelo Iphan.

Para Marcelino Champagnat, engenheiro agrônomo, é uma emoção celebrar o aniversário da Igrejinha. "É sempre um prazer estar aqui. Quem conheceu a Igrejinha, tem muito carinho por ela. Acredito que a construção dela foi uma demonstração de fé da esposa do presidente Juscelino Kubitschek, a Dona Sara", disse. "Brasília tem uma relação muito forte com Nossa Senhora de Fátima, que é a padroeira dessa Igrejinha. E ela sim, é um marco da arquitetura moderna que, como Brasília toda, é maravilhosa! Eu agradeço a oportunidade de estar aqui e me confessar", explicou o devoto.

A estrutura pequena, mas rica em simbolismo, abriga uma das comunidades religiosas mais antigas da cidade. A festa dos 67 anos reforça o elo entre a fé e o cotidiano dos brasilienses. Ao longo do dia, três missas marcaram a celebração — entre elas, a missa dos enfermos, realizada à tarde, com cânticos litúrgicos, bênçãos individuais e aconselhamento espiritual.

Com atividades para toda a família, o Frei Moacir Casagrande, ministro provincial dos Capuchinhos no Brasil Central e responsável pelas celebrações, destacou que este é um momento de grande alegria e devoção para os fiéis. "Está sendo muito bom, isso me alegra muito, tivemos muitas bênçãos, muitos pedidos de orientação espiritual, confissões. E o pessoal que veio nessa segunda missa, que aconteceu às 15 horas, também virá para a terceira,

à noite. O que me impressiona é aquele sentido profundo de conforto espiritual que o pessoal busca aqui e sai satisfeito", afirmou.

Tradições

A comunidade aproveitou a data para se reencontrar e reviver tradições. Desde cedo, a praça ao redor da Igrejinha se transformou em uma quermesse, com barracas de pastel, caldo de cana, bolos, doces típicos e caldos — em um clima que remete às festas juninas do interior, mas com o sotaque brasiliense. Famílias inteiras circularam pelas tendas antes e depois das missas, tornando o aniversário também um momento de convivência e alegria popular.

"Eu conheci meu marido aqui. Meu casamento foi celebrado pelo Frei Bernardo, que já faleceu,

Minervino Júnior/CB



Programação começou cedo e reuniu centenas de fiéis ao longo do dia

meus filhos foram batizados aqui. Infelizmente eu não casei aqui na igrejinha porque não tinha vaga, casei na Paróquia Santo Antônio, mas vinha aqui assistir as missas quase diariamente", disse Tereza Maria Frota, professora aposentada, que ainda hoje é bastante

participativa na comunidade da Igrejinha. "Eu cozinho nas festas, a gente prepara lá na paróquia e traz a comida pra cá. A nossa vida é aqui, a gente passeava, dançava, era e ainda é tudo maravilhoso aqui na Igrejinha e no complexo vizinhança", completou.

MUNDIAL DE CLUBES

Duelo brasileiro anima brasilienses

Minervino Júnior/CB/D.A.Press



Torcidas de Botafogo e Palmeiras dividiram o espaço em paz

disse sorrindo Tatiana Severino, 36 anos, almojarife.

Tatiana estava acompanhada dos filhos e sobrinhos, todos botafoguenses, e da tia, Idelma Aparecida, que também é torcedora do Fogão. "A gente fica só brincando mesmo no grupo da família, mas passa. O duelo mesmo acontece nos campos, em casa é tudo paz, até porque somos de Minas, então, tem Cruzeirense também na família", disse Idelma, Servidora Pública, 57 anos.

Em outra mesa, o casal Pedro

Prado (botafoguense) e Ianara Pinho (palmeirense) explicou o clima descontraído: ele destacou a força da nova geração alvinegra, ela minimizou: "Não vou ficar triste se o Botafogo ganhar, mas é preciso respeitar a tradição e a força do Verdão".

Brincadeira de bar foi a regra, e Jonathan Ferreira (Botafogo) prometeu "assar o porco" contra o primo Fernando Rodrigues (Palmeiras) — mas garantiu que "a amizade continua normal em família". (AR)

Concessão e homenagem

Paulo H Carvalho/Agência Brasília



O governador do Distrito Federal, Ibaneis Rocha (MDB), participou da cerimônia de aposição da placa que oficializa a concessão de uso do terreno ao Clube de Golfe de Brasília, no Setor de Clubes Sul. O chefe do Executivo local foi homenageado com a inclusão de seu nome na placa. Em uma cerimônia rápida, o presidente do clube, Norton de Andrade Fritzsche afirmou que a concessão "foi um sonho que atravessou gerações e, hoje, se tornou realidade". Ibaneis agradeceu a homenagem e disse que "ser reconhecido pelas benfeitorias, é sempre muito bom".